

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.951 - SP (2019/0300531-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DANIEL MOBLEY GRILLO - RJ134850  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CLEBER DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : CAIO PINHEIRO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CLEBER DA SILVA e CAIO PINHEIRO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 1504950-46.2018.8.26.0228.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, pelo Juízo de Primeiro grau, às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 19 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, por duas vezes, c/c o art. 70, todos do Código Penal (fls. 18/24).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso, por acórdão assim ementado (fls. 61/66):

*APELAÇÃO ROUBO MAJORADO Pleito que visa o afastamento da causa de aumento relativa ao emprego de arma de fogo Desnecessidade de apreensão do artefato Prova oral que comprova à sociedade a utilização - Constitucionalidade da Lei nº 13.654/2018 quanto ao art. 157, §2º-A, I, do CP Medida que buscou intensificar a punição de quem surrupia o bem alheio mediante emprego de arma de fogo, conduta inegavelmente mais reprovável Proporcionalidade Regime fechado mantido Réus reincidentes Recurso desprovido.*

No presente *mandamus* (fls. 3/13), a defesa sustenta haver constrangimento ilegal na fixação da pena, na terceira fase da dosimetria, em fração superior a 2/3, pois a fundamentação foi baseada apenas em critério

# *Superior Tribunal de Justiça*

matemático, referente ao número de majorantes presentes no caso. Aponta ser aplicável ao caso o Enunciado n. 443 da Súmula desta Corte. Ressalta que *nem se diga que o caso concreto guardaria a peculiaridade de ter sido julgado sob a égide da Lei nº 13.654, de 2018, que inovou no ordenamento jurídico ao prever, no § 2º-A, do artigo 157 do CP, nova fração de 2/3 para a exasperação da pena, na terceira fase da dosimetria, em situações em que o roubo é praticado com emprego de arma de fogo, porquanto a referida inovação legislativa tem a natureza de causa especial de aumento de pena e não afasta o enunciado de súmula 443 do STJ, aplicável para as hipóteses de cumulações de majorantes do crime de roubo* (fl. 11). Aponta ser aplicável ao caso o disposto no art. 68 do Código Penal, segundo o qual, *no concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua*.

Dessa forma, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para aplicar, na terceira fase da dosimetria da pena, a fração de aumento de 2/3, por decorrência da pluralidade de majorantes do roubo, em consonância com o entendimento firmado no enunciado n. 443 da Súmula desta Corte.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião

# *Superior Tribunal de Justiça*

do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído, dispensei informações. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

